

“É NO SOFRIMENTO QUE A GENTE CRESCE”: A CONSTRUÇÃO DO DISTRITO DE BATAYPORÃ-MS

DANILO LEITE MOREIRA*

O município de Batayporã esta localizado na Região conhecida como Vale do Ivinhema, sendo mais precisamente na parte Sudeste do estado de Mato Grosso Sul, antigo Sul de Mato Grosso. Batayporã deve seu surgimento às ações do tchecoslovaco Jan Antonin Bata, proprietário da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso, idealizador e fundador de alguns municípios no país. Durante a década de 1950, houve inúmeras migrações para o antigo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, principalmente para a região onde está localizado Batayporã. A partir de 1953, quando o atual município foi elevado à categoria de distrito, instalou-se um considerável número de migrantes, oriundos do Oeste paulista e de outras regiões do Brasil.

Para reconstruir o processo de colonização do então distrito de Batayporã, uso como metodologia, nesse primeiro momento, a história oral, pois nada melhor do que o relato das pessoas que vivenciaram esse processo de colonização para narrar as experiências na construção do então distrito de Batayporã.

Esse processo de construção só se tornou possível através das lembranças que ainda estão guardadas na memória dos primeiros colonos e acabam sendo externadas por meio de suas narrativas. O historiador Gilmar Arruda, em sua obra *Cidades e Sertões*, ao relacionar a importância da memória com o espaço, afirma que “o conceito de memória é importante, pois permite analisar as representações produzidas como resultado de uma experiência concreta e de desejos existente sobre um espaço geográfico” (ARRUDA, 2000: 41).

Devemos deixar bem claro que para realizar esse trabalho com a história oral se fizeram necessárias as memórias, as lembranças de cada uma dessas pessoas, principalmente nesse processo de reconstrução. Sem essa metodologia, não poderíamos captar os desejos dos primeiros moradores ao chegarem no então distrito de Batayporã. Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs, em sua obra *Memória Coletiva*,

* Mestrando Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas, impressões a lembrança se distinguiria, por definição, dessas ideias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado (HALBWACHS, 1990: 71).

Esse processo de reconstrução da colonização do então distrito de Batayporã se faz necessário porque, embora já tenham sido realizados alguns trabalhos acerca da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso, apenas a dissertação de mestrado produzida por Juliana Sanches Bonfim deu atenção para o papel dos colonizadores – e, ainda assim, de forma muito sucinta. Em contrapartida, existe um livro de autoria de um escritor local que, sem se preocupar com os rigores acadêmicos, emprestou o seu ouvido e seu tempo aos colonizadores que se disponibilizaram a contar suas histórias. Essas histórias foram compiladas por Eurico Félix, em um livro chamado “*Causos de Batayporã*”. Esse livro, junto com as entrevistas feitas pelo autor desta pesquisa, permite contar como os colonos foram construindo o então distrito de Batayporã.

Devo destacar que abordarei o processo de colonização do distrito de Batayporã não com base no que foi produzido academicamente, nem nos documentos elaborados pela empresa colonizadora. Farei essa reconstrução do processo de colonização por meio das narrativas dos primeiros colonos, pois, na década de 1950, apostando em uma vida melhor, essas pessoas trouxeram em suas bagagens sonhos e esperança de um novo começo. Lanço esse olhar a essas pessoas porque a qualquer momento essas lembranças podem desaparecer, pois

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são devidamente exteriores, então único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990: 70).

Dessa forma, para que essas lembranças não desaparecessem, resolvi registrá-las nesse trabalho antes que essas pessoas acabem falecendo e, junto com elas, se percam suas lembranças. Resolvi, portanto, contar a história do processo de colonização e de construção da cidade dando voz a essas narrativas que sempre estiveram presentes no cotidiano dos batayporãense, mas nunca foram ouvidas com a atenção devida.

A colonizadora despertava a atenção dos colonos para a aquisição dos lotes e dos terrenos: para que os mesmos fossem atraídos para essa região se fazia necessário montar uma infraestrutura mínima para começar a recebê-los. Uma vez que o acesso com outras cidades ainda era de difícil acesso. Podemos destacar a senhora Eunice Rodrigues Mustafá. Os municípios sabem que ela foi a primeira professora do município, mas poucos sabem que ela foi também uma das primeiras moradoras. De acordo com suas narrativas, coletadas no ano 2010 em sua residência, Eunice Mustafá morava com seus pais no município de Mariópolis, Estado de São Paulo, e se mudou para o então distrito de Batayporã em 1954, após se casar com o senhor José Mustafá. Deve-se ressaltar que eles só vieram após seu sogro adquirir um sítio da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso. Embora Mustafá não tenha narrado na entrevista ao autor desta pesquisa a chegada dos primeiros moradores, um dos contos do livro *Causos de Batayporã* narra a chegada dos sogros da senhora Eunice e das primeiras pessoas que vinham para adquirir terras da colonizadora.

[...] quando o velho Mamede chegou aqui, vindo do Estado de São Paulo, mais precisamente de Mariópolis, com sua esposa, Dona Antônia e duas filhas, pararam às margens do ribeirão Esperança. Um mês depois veio o Zé Mustafa [...]. Algum tempo depois, apareceu Ataliba Ramos. As pessoas interessadas em comprar terra vinham em cima de caminhão, onde colocavam-se tábuas em bancos improvisados. Quando os interessados em comprar chegavam, iam ao rancho do velho Mamede, que era grande, comprido aberto dos lados. Dona Antônia era quem fazia a comida prá todos. Daí alguém ia mostrar os lotes (FÉLIX, 1992: 17).

Embora esse livro esteja muito longe da metodologia da história oral, ele acabou sendo utilizado nesse trabalho, pois Félix procurou escutar atentamente essas histórias que eram contadas pelos próprios moradores. Como muitos deles já não se fazem presente, utilizo esse livro para preencher as lacunas que existem nas falas dos entrevistados.

Embora não apareça o nome de Dona Eunice, é no contexto relatado na citação acima que se deu sua chegada. Seu esposo José Mustafá, conhecido também como Zé Mustafá, veio para Batayporã com a intenção de acompanhar seus pais. Em suas narrativas, a senhora Mustafá, afirmou que:

*os pai dele **José Mustafá** vieram para cá, né daí então ele veio porque os pais dele já eram de idade e com duas menina pequena. Então ele era o único filho que estava em casa. Ele falava que não queria deixar os pais dele sozinho, já eram de idade, né já tinham um pouco de idade né (MUSTAFÁ, 2010, grifo nosso).*

Comparando as duas citações, pode-se perceber que os sogros de Dona Eunice estavam entre os primeiros moradores a chegarem após a adquirir lotes de terras da

Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso. Após a chegada deles, começaram a chegar mais colonos que vinham de diversas regiões do país, mas principalmente do Oeste Paulista, interessados em adquirir terras da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso. Podemos perceber que embora o livreto Passos Tchecos em terras brasileiras destaca que a colonizadora dava uma infraestrutura mínima para os colonos. Porém, através das citações acima podemos perceber que essa infraestrutura nem existia, uma vez que, não havia lugar para hospedagem, muito menos para alimentação, apenas a casa de alguns moradores, como a de seu Mamede, que acabou se tornando um lugar de apoio para as pessoas que vinham para adquirir terras ali. Mustafá, tinha apenas dezenove anos e, por ser uma das primeiras moradoras, é possível perceber, através de suas narrativas, como era Batayporã no início da colonização:

*A cidade não existia. A gente morava lá onde é a lagoa do sapo hoje, e ali tinha um trilho que subia aqui ó, onde é a avenida Mato Grosso. Esse trilho vinha aqui, era puro sape, sapezal sabe, então a gente vinha por aquele trilho e saía ali onde é o cemitério. Lá já tinha gente enterrada lá no cemitério, tinha uma cruz lá e tinha umas pessoas enterradas, porque a gente ia para o sítio do meu sogro por ali. A gente virava pra lá às direitas passava em frente à casa do seu Sebastião Enz e saía lá no sítio do meu sogro. A gente ia por aqui, mas não tinha rua, não tinha nada, só tinha a casa da Dona Marina, do seu Henrique e a nossa do outro lado. Nossa, quando eu cheguei aqui, a dona Marina já estava aqui. Dona Marina foi mais primeiro do que eu ainda. É porque ele **Henrique Trachta** era o gerente da Companhia. Ele que comprava os terrenos, então eles vieram bem primeiro do que eu [...] (MUSTAFÁ, 2010; grifo nosso).*

Em suas narrativas, é perceptível que a representação é a de que a cidade não existia. A princípio, não tinha “nada” onde ela e sua família moravam além da casa da família do senhor Henrique Trachta, gerente da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso. A Avenida que se chamava “Mato Grosso” hoje em dia leva o nome da sogra de dona Eunice, Antonia Spinosa Mustafá, já falecida. É possível perceber também que nos arredores da cidade havia sítios, habitados por famílias como a do senhor Sebastião Enz.

Dona Eunice conta que no início não havia comerciantes, então o senhor Adélio, que vinha trazer o pessoal do Estado de São Paulo para comprar terras, recebia encomendas de tudo o que era necessário, como material escolar, por exemplo. Adélio trazia a mercadoria de São Paulo. Depois dele, chegou o senhor José Antônio, já falecido, que abriu uma casa de “secos e molhados” – ou empório – onde as pessoas passaram a fazer compras. Em determinados momentos, por mais que tenha dito que considerava Batayporã um lugar muito bom, dona Eunice deixou transparecer que sua chegada às terras do atual município foi muito dura, pois vinha de uma cidade já estruturada.

[...] a minha chegada que foi feia. Quando eu cheguei aqui, que eu vi Batayporã, porque eu pensava que o mato era assim. Era o mato, mas embaixo era limpinho, você podia andar sabe, então eu achava, eu pensava assim, mas que romântico eu vou poder andar. Assim vai ser lindo. Quando eu cheguei aqui, que eu vi aquela tranqueira todo embaixo do mato, eu “vixi maria”, não tem quem anda aqui, isso não é nada romântico, mas é, eu não conhecia mato. Sabe, eu não sabia que jeito era uma mata. Mas eu gostei muito dessa experiência que eu tive, serviu muito para mim crescer, assim como pessoa, porque é no sofrimento que a gente cresce. A gente sofreu muito, passou muita necessidade das coisas. A gente queria comer uma fruta, não conseguia, não achava. “Ixi” tanta coisa que a gente gostava, a gente teve que abrir mão de tudo pra morar aqui. Eu achava que eu não ia ficar muito tempo aqui. Eu acho que não vou acostumar aqui, não. Mas eu tinha prometido pro meu pai, foi contra a vontade do meu pai. Eu falei não, eu tenho que ficar é aqui. Eu quis vim aqui, casá pra morar aqui. Eu tenho que ficar aqui. E com isso eu fui ficando, tô até hoje, envelheci aqui em Batayporã. É no sofrimento que a gente cresce (MUSTAFÁ, 2010).

Podemos perceber através de diversas narrativas, mas principalmente explícita nessa, que muitas vezes os colonos, não tinham ideia de como era o lugar onde iriam morar. Podemos perceber através da citação acima, que a representação da floresta construída no imaginário da senhora Mustafá é uma visão romanceada que provavelmente teria sido construído por meio de livros ou de filmes. Embora o momento de sua chegada tenha sido muito “difícil”, pois não tinha a noção de como era uma mata. Em suas narrativas deixou transparecer, por estar recém-casada e indo para um local novo para acompanhar o seu marido pensou que não teria muito a fazer. Ao chegar às terras de Batayporã, encontrou algo que não esperava encontrar: uma mata fechada, onde mal dava para andar. É perceptível em sua fala, que Mustafá tenha pensado várias vezes em voltar para Mariópolis, mas tinha dois fatores que provavelmente impediam seu retorno. O primeiro, ela deixa bem claro, é que seu pai não a receberia de volta, pois ela se casou contra a vontade dele. O segundo, embora não tenha deixado transparecer, era o amor que sentia por seu marido e, portanto, a vontade de permanecer junto dele. Assim, juntando esses dois fatores, Mustafá acabou ficando e envelhecendo em Batayporã.

Dona Antonia Mourão Cheirubim, entrevistada no dia 12 de novembro de 2010, era filha e irmã dos primeiros comerciantes da cidade. Seu pai, o senhor José Antônio Mourão, migrante português, após saber do então sul de Mato Grosso por meio de um corretor de terras, resolveu vir de Adamantina, Estado de São Paulo, para Batayporã. Impressionado com o local, se mudou em 1957. De acordo com Cheirubim, “[a] gente veio pra cá desbravar esse sertão. A gente chegou aqui no início de 1957, onde havia, acho, umas 10 famílias na cidade”. Mourão iniciou com um pequeno armazém de “secos e molhados” e, após três anos, construiu

um prédio maior, tornando-se o maior armazém do distrito. Assim, as pessoas passaram a vir do Oeste do “[...] Estado do São Paulo, chegavam, gostavam do lugar era às vezes até cinco mudanças por dia na ‘cidade’, então isso foi muito gratificante, porque meu pai ele conseguiu evoluir bastante” (CHEIRUBIM, 2010).

Conforme os anos foram passando, a “febre” em colonizar o sul de Mato Grosso se espalhava cada vez mais por diversas regiões do país e o número de pessoas interessadas em adquirir terras da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso crescia a cada dia que passava. Devemos destacar que o principal motivo era “vir prô interior, conseguir terras quase de graça, na manha... era só de falar com os homens da Cia. Viação e eles demarcaram os lotes” (FÉLIX, 1992: 5).

Nos primeiros anos não havia muito o que fazer, até porque não tinha lugar para ir. Assim como dona Eunice e dona Antonia Mourão, a senhora Maria de Lourdes Alves Romeiro, entrevistada no dia 7 de Outubro de 2010 em sua residência, veio para Batayporã ainda muito jovem. No ano de 1954, migrou e começou a trabalhar na casa do senhor Henrique Trachta. Maria Romeiro ressaltou em suas narrativas o aspecto religioso da vida social da localidade e lembra que a primeira missa foi celebrada no dia 17 de setembro de 1954 pelo Frei Luiz.

Não tinha nem igreja aqui. Rezava a missa numa pensão ela cedia uma sala para fazer um altar, mas isso era uma vez por mês ou cada dois mês. Quando o frei, era um frei, que o frei podia vim, fazia casamento, batizado. Até que fez uma igreja de madeira, no local onde hoje é a matriz, mesmo ai depois desmancho a igreja e fez a matriz (ROMEIRO, 2010).

Por meio de suas lembranças, é possível perceber que a vida religiosa se fazia presente na vida dos colonos, embora não existia um prédio que abrigasse a igreja católica vinha um frei de fora para realizar missas, batizados e casamentos. No local da atual igreja matriz de Batayporã, havia uma igreja de madeira. Deve-se ressaltar que o Frei Luiz era quem atendia toda a região e realizava seu transporte com um Jipe. Quem narrou como foi realizada a construção da primeira igreja de madeira foi a D. Antônia Mourão Cheirubim. Em suas narrativas, ela afirmou que:

[...] a igreja não tinha, tinha a estrutura da igreja, mas não tinha, não estava pronta a igreja. Faltava porta, faltava janela, faltava os bancos, o altar. Isso foi no início, como não tinha serraria ainda no início, tava construindo a serraria do senhor Bata, mas não estava funcionando, aí meu pai tinha um caminhãozinho pôs a madeira, duas toras, em cima do caminhão, levou lá na Fazenda Gato Preto e lá serraram essa madeira e aí a comunidade – não foi só meu pai, a comunidade, que

a gente era uma família, era de 10 a 15 família – aí fizeram a igreja, terminaram a igreja e a gente fazia a celebração na igreja. Aí o padre que rezava as missas aqui era o Frei Luis. Que até a comadre Ana Nunes ela era a encarregada de cuidar da parte assim do altar, de arrumar o altar, de lavar as toalhas, então ela levava as imagens ela tinha as imagens dela ela levava para a casa dela as imagens no dia da missa ela trazia e arrumava o altazinho na igreja de tábuas de madeira de chão batido [...]

Através de suas narrativas, foi possível perceber como e onde eram feitas as primeiras atividades religiosas. Também foi possível conhecer o processo para a construção da primeira igreja do município – embora já tivesse certa infraestrutura, ainda havia muito por fazer. O senhor José Antônio Mourão, pai de Cheirubim, sempre foi uma pessoa muito religiosa e fazendo o possível para que a igreja fosse edificada. Com a ajuda da senhora Ana Nunes, construiu a primeira “igrejinha de madeira e chão batido” (CHEIRUBIM, 2010).

Junto com os pioneiros, vinham suas famílias – mulheres e crianças. Essas pessoas vinham de cidades já estruturadas com escolas, igrejas, comércio, casas e ruas. Em suas lembranças, a senhora Antônia Cheirubim afirma que:

gente sofreu muito, porque foi assim, um sofrimento muito grande porque Adamantina era uma cidade mais desenvolvida. A gente chegou aqui não tinha nada, era só sertão. Pra você ter uma ideia, a gente dava um grito em Bataiporã e se ouvia o eco de tanta mata fechada.

Na fala de diversas entrevistadas, podemos perceber que elas carregam em seus discursos a palavra “sofrimento”. Entende-se que esse sofrimento esteja relacionado às mudanças às quais era preciso se adaptar depois de sair uma cidade já estruturada e vir para um lugar onde sequer cidade existia. Eram apenas algumas clareiras que estavam sendo abertas pela colonizadora.

Provavelmente, muitos colonos que deixaram suas cidades sabiam que ao chegar a Batayporã não haveria nenhum sinal de progresso. Traziam suas crianças, mas sabiam que nem escola existia. E muitos não sabiam que existia uma professora. Mustafá conta que começou a lecionar em Batayporã apenas no ano de 1955, em uma escola muito precária.

A escola não havia. A escola que havia não tinha. Não existia escola. A gente trabalhava em uma salinha que meu sogro tinha na frente da casa, uma sala bem pequena. E alunos no começo não tinha muitos não, eram sete ou oito, por aí. No próximo ano já aumentou bastante, aí foi aumentando. Aí já teve que fazer uma outra escola. Tinha uns portugueses aqui e eles tinham muito interesse na escola, eles tinham bastantes filhos, então foram eles que fizeram ali, onde é a Braz, eles fizeram ali duas salas de madeira, aí melhorou mais (MUSTAFÁ, 2010).

Embora não existisse a escola nem enquanto instituição, muito menos em espaço físico. Mustafá fez o possível para ensinar e alfabetizar os filhos dos colonos. Afinal, parte dessas crianças que vinham de outras cidades e já estavam em idade escolar. Assim, após adaptar uma sala de aula na casa de seu sogro, passou a ministrar as primeiras atividades de ensino no então distrito de Batayporã. Com o passar dos anos a quantidade de pessoas ia aumentando até que esse número foi aumentando e uma nova escola teve de ser construída.

Félix descreve em um dos causos de seu livro que:

às vezes as pessoas paravam com as foices para enxugar o suor da testa e no silêncio repentino podiam ouvir um ruído bem longe. [...] E o coração ficava cheio de esperança. Poderia ser o caminhão que traz mercadorias para o armazém de mês em mês (FÉLIX, 1992: 5).

Como havia poucos moradores e naquele tempo não havia carros, era possível escutar de longe apenas carroças e carroções de bois quando estavam se aproximando. Nos primeiros anos, Adélio trazia do Estado de São Paulo, em seu caminhão, a mercadoria necessária. Trazia um pouco de tudo, de alimentos e remédios a materiais de construção, pois não se tinha “nada” ali. Algumas pessoas, que não tinham como ir comprar o que precisavam, faziam suas encomendas para o mês seguinte. Os anos foram se passando até que depois chegou o senhor José Antônio, já falecido, que colocou uma casa de “secos e molhados”, ou empório, onde as pessoas passaram a fazer compras. Quem nos narrou essa história foi a senhora Cheirubim.

Meu pai iniciou assim como lavrador. Ele comprou uma propriedade e essa propriedade ele formou um café. Mas o forte dele foi no comércio, veio iniciou com um pequeno armazém, que antigamente se falava armazém de secos e molhados. E depois, passados uns três anos, ele construiu um prédio maior onde que se tornou o armazém maior da cidade. Aí começou assim as pessoas chegarem gosta do lugar era às vezes até cinco mudanças por dia na cidade então isso foi assim muito gratificante né porque meu pai ele conseguiu evoluir bastante (CHEIRUBIM, 2010).

Nas narrativas acima, podemos perceber que o pai de Cheirubim, após adquirir alguns hectares de terra, veio na finalidade de cultivar café, assim como os primeiros colonos que chegaram aqui. Embora seu pai tenha chegado com a finalidade de desenvolver a agricultura, foi no comércio que ele enxergou uma grande oportunidade. Passados três anos, o senhor Antônio construiu um dos primeiros armazéns onde estava sendo instalada a cidade, iniciando assim, as primeiras atividades comerciais, dando ao distrito dinâmica de cidade. Junto com o armazém, crescia também cada vez mais o número de pessoas que chegavam ao “sertão” em busca de um pedaço de terra e/ou de novas oportunidades.

O lugar que a colonizadora havia destinado para fundar a cidade de Batayporã foi ganhando forma. A cada dia que se passava, surgiam mais ruas, novas casas, comércios e, assim, também começaram a surgir as primeiras instalações elétricas e hidráulicas. Devemos lembrar que no início a água era retirada de poços artesianos. Quanto à energia, apesar de não se lembrar do período exato em que surgiram as primeiras instalações, Cheirubim descreve como era o processo de fornecimento.

Olha, o ano eu não lembro, não sei se foi o Diogo já na prefeitura eu não me lembro quando, mas puseram um vapor então tinha energia até meia noite. De meia noite em diante não tinha mais energia, mas isso já foi bem por ultimo, acho que já foi na gestão do seu Diogo se eu não me engano. Porque antes era luz de vela, querosene. Geladeira meu pai tinha uma geladeira no armazém que era a querosene as pessoas de Nova Andradina vinha em Bataiporã toma cerveja no armazém do meu pai, porque tinha cerveja gelada era o único armazém que tinha uma geladeira (CHEIRUBIM, 2010).

Em outro relato, podemos perceber melhor como e por quem era realizado o fornecimento de energia:

A Cia. Viação cedeu uma caldeira, um vapor, tocado a lenha e pó de serra. Depois de muito luta, a cidade bem ou mal, tinha luz elétrica. Quando o pessoal conseguiu reunir muita coragem, a ponto de contratar conjuntos de baile, problema passou a ser outro: Achar coragem prá falar com o prefeito afim de solicitar que a energia elétrica ficasse até mais tarde, pois costumeiramente o tal vapor funcionava algumas horas na parte da manhã e depois, das seis às onze da noite. Tanto que quando faltava cinco, minutos o funcionário dava uma piscadinha na energia e virava um corre-corre atrás das lamparinas. Apenas para registrar a energia elétrica chegou na gestão do seu Mano Leite Clementino (FELIX, 1992: 29).

Por meio da narrativa da senhora Cheirubim, podemos perceber que, em um primeiro momento, a iluminação era realizada à luz de velas ou lamparinas de querosene. Pela falta de energia elétrica – o único lugar da região que tinha cerveja gelada era o armazém do Senhor José Antônio Mourão, o que atraía cliente de diversas partes. Embora, Cheirubim não tenha conseguido descrever em suas narrativas como era e por quem era realizado o fornecimento de energia, foi possível perceber, como visto acima, que a Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso possuía uma caldeira a vapor que era movida por lenha ou pó de serra. A caldeira funcionava algumas horas do dia e parte da noite, pois era necessário ter alguém para abastecê-la. Em dias de festa, se quisesse que o vapor ficasse funcionando até mais tarde, era necessário solicitar ao prefeito. Percebemos também que, quando faltavam cinco minutos para o fim do fornecimento, a pessoa responsável pelo abastecimento diminuía a força fazendo com que as luzes piscassem e, assim, os moradores sabiam que estava na hora de acender as

lamparinas e as velas. Foi somente por volta de 1968, na gestão do senhor Manoel Leite, que a energia elétrica chegou à cidade.

É visível, por meio das narrativas, que os primeiros colonizadores enfrentaram inúmeras dificuldades, pois, uma vez que a estrutura era muito precária, era preciso fazer tudo. Sendo assim,

[...] a única coisa que se exigiam era a coragem de trabalhar pegar no pesado, meter a cara. E lá vinham cheios de otimismo (felizmente existe gente, até hoje e é isso que novas comunidades e novas cidades sejam criadas) [...] (FELIX, 1992: 5).

Com o passar dos anos, o então distrito de Batayporã foi se transformando. Aos poucos, no lugar onde havia apenas árvores passaram a surgir casas, ruas. O então “sertão”, encontrado na fala de diversos moradores, foi se transformando em cidade. Assim, foi possível perceber que “as cidades recém-surgidas, as ferrovias, a eletricidade, os novos ritmos de trabalhos e a utilização da natureza, foi lido e incorporado pelos que participaram desse processo” (ARRUDA, 2000: 44).

Nesse contexto se encaixa a fala de Gonçalo Ribeiro da Costa, entrevistado em outubro de 2010, e que se mudou de Cuiabá para Batayporã em 1961. Ele afirmou ter chegado ao então distrito no dia 16 de setembro de 1961, às 17 horas – fez questão de lembrar até mesmo o horário da chegada. Podemos perceber, nas narrativas do senhor Gonçalo, como o espaço onde hoje está localizado o município de Batayporã foi incorporado pelos participantes desse processo:

[...] em 1961 isso aqui era apenas uma promessa sabe, era uma promessa, poucas casas e todo dia vinha gente do Estado de São Paulo para adquirir terra aqui da companhia de viação, a colonizadora na época. E então Bataiporã era só uma promessa, uma esperança, um lugarejo, aqui com poucas casas, se contava as casas e hoje essa promessa, essa esperança virou uma realidade (COSTA, 2010).

Embora Costa tenha chegado anos depois dos primeiros moradores, podemos perceber em suas narrativas que, quando chegou ao então distrito de Batayporã, aquele era apenas um “lugarejo”, uma “esperança”. Ao longo de quase 50 anos, essa esperança se transformou em uma realidade, se tornando o município de Batayporã.

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Antonia Mourão Cheirubim, nasceu em Fernão Dias/SP no dia 24 de março de 1944.

Eunice Rodrigues Mustafá, nasceu em Novo Horizonte/SP no dia 12 de dezembro de 1934.

Gonçalo Ribeiro da Costa, nasceu em Aguaçu/MT no dia 24 de março de 1937.

Maria de Lourdes Alves Romeiro, nasceu em Presidente Venceslau/SP no dia 17 de janeiro de 1938.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAMBASIC, Dolores Ljiljana Bata & SILVA, Evandro. Amaral Trachta. *Passos Tchecos em Terras Brasileiras*. Batayporã: OCTEB, 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões Entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

BONFIM, Juliana Sanches. *Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso (1940-1960)*. UFGD. Dourados, 2009. disponível em

<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-julina-sanches-silva-bonfim>. Acesso em 27 de maio de 2010 [dissertação de mestrado].

FÉLIX, Eurico. *Causos de Batayporã*. Batayporã: Prefeitura Municipal de Batayporã, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.